

Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais

*Sabrina Dinola*¹

*Regina Abreu*²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Neste artigo, trazemos reflexões iniciais sobre as atividades da plataforma digital “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste”, criada para acompanhar a dinâmica das ações patrimoniais na região. Entendendo por “memoração” o acionamento de um conjunto de ciclos comunicacionais que sustentam a estabilidade e continuidade de valores e significados, mostramos as consequências da opção por organizar a observação em torno da memoração de pesquisas anteriores, que reativam interlocuções com grupos designados detentores. Consideramos que, no contexto da valorização da “diversidade de culturas”, a atividade etnográfica no campo do patrimônio cultural não se reduz à instrumentalidade, pois é produtora de encontros interdisciplinares/interculturais e ensaiamos a hipótese de que o tipo de virtualidade desse formato de observação em redes ‘plataformizadas’ de pesquisa/atuação pode permitir que os efeitos dos encontros etnográficos se desdobrem para fora das séries dos registros documentais.

Palavras-chave: Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste; plataformização; rede colaborativa; memoração; encontro etnográfico.

DINOLA, Sabrina; ABREU, Regina. Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (23): 211-228, maio a agosto de 2023. ISSN: 2358-5587

¹ Cientista social, doutora em Memória Social. Com o apoio e subsídios da Faperj, desenvolve sua pesquisa de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio onde também atua como professora colaboradora. É supervisora de pesquisa do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

² Antropóloga, doutora em Antropologia Social. Atua como professora titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. É idealizadora e coordenadora do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

An observatory of cultural heritage: heritage actions and practices in field experiences and virtual sharing

Abstract: In this article, we bring initial reflections on the activities of the digital platform “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste”, created to monitor the dynamics of heritage actions in the region. Understanding by *mise-en-memoire* (in Portuguese: *memoração*) the activation of a set of communicational cycles that sustain the stability and continuity of values and meanings, we show some of the consequences of the option to organize the observation around the *mise-en-memoire* of previous researches, which reactivate interlocutions with groups (called holders, in Portuguese *detentores*). We believe that, in the context of valuing the “diversity of cultures”, ethnographic activity in the field of cultural heritage cannot be reduced to its instrumentality, as it brings about interdisciplinary/intercultural encounters. We suggest the hypothesis that the type of virtuality of this format of observation in 'platformized' research/action networks can allow the effects of ethnographic encounters to unfold beyond the series of documentary records.

Keywords: Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste; platformization; collaborative network; *mise-en-mémoire*; ethnographic encounter.

Un observatorio del patrimonio cultural: acciones y prácticas patrimoniales en experiencias de campo e intercambio virtual

Resumen: En este artículo, traemos reflexiones iniciales sobre las actividades de la plataforma digital “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste”, creada para monitorear la dinámica de las acciones patrimoniales en la región. Entendiendo por *mise-en-mémoire* (en portugués: *memoração*) la activación de un conjunto de ciclos comunicacionales que sustentan la estabilidad y continuidad de valores y significados, mostramos las consecuencias de la opción de organizar la observación en torno a la *mise-en-mémoire* de investigaciones previas, que reactivan interlocuciones con grupos denominados titulares. Creemos que, en el contexto de la valorización de la “diversidad de las culturas”, la actividad etnográfica en el campo del patrimonio cultural no puede reducirse a la instrumentalidad, ya que es productora de encuentros interdisciplinarios/interculturales, y ensayamos la hipótesis de que el tipo de virtualidad de este formato de observación en redes de investigación/acción 'plataformizadas' puede permitir que los efectos de los encuentros etnográficos se desarrollen más allá de la serie de registros documentales.

Palabras clave: Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste; plataformação; red colaborativa; *mise-en-mémoire*; encuentro etnográfico.

O Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste é uma plataforma digital – acessável no site <http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/> – originalmente concebida para ser um meio de acompanhamento da dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste brasileira (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo), a partir de materiais e relatos de pesquisas universitárias de pós-graduação (produção de dissertações e teses). Ele surgiu no ano de 2019, no âmbito do Laboratório de Memória e Imagem do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO, pertencente ao Grupo de Pesquisa CNPq “Memória, Cultura e Patrimônio” e apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Nosso propósito neste artigo é partilhar algumas notícias e reflexões, iniciais e parciais, deste experimento em curso.³ Parciais porque incompletas, não integradas, e também porque refletem apenas partes ou aspectos do processo, e um dentre muitos pontos de vista possíveis de participação nele⁴.

Queremos desde o início chamar atenção para o aspecto ético-político relativo à autoria deste texto, e que decorre imediatamente das condições em que ele foi concebido. Trata-se de distinguir, sem, no entanto, separar, entre o projeto ou concepção do Observatório, e as dinâmicas e sentidos que ele está ou virá a desenvolver. Em relação à concepção e condução, o projeto também tem uma autoria coletiva – não desassociada do *fazer*, da *produção cultural* –, da qual a nossa, neste artigo, é só uma variante.⁵ Quanto aos significados do Observatório como experimento no campo da memória social, nosso ponto de vista na autoria/realização do projeto que exporemos aqui *não* implica autoridade ou protagonismo no que o observatório *se torna* ou pode vir a se tornar.

Nossa condição discursiva universitária-acadêmica, portanto, é explicitada aqui em intenção e atitude pragmáticas, de comunicar (ruídos de alguns) diferentes vocabulários e experiências no campo memorial/patrimonial, sem pretender determinar um enquadramento analítico-interpretativo, definir algum plano geral, nem traçar linhas-mestras conceituais ou metodológicas. O que faremos será esboçar um relato situado, local e não - “panorâmico” do projeto tal como vem sendo realizado e tentar compreendê-lo num contexto que é *crítico*, em múltiplos sentidos.

Partimos de duas premissas, que acreditamos não desconfirmadas até aqui no desenrolar das atividades e reflexões: 1) o campo dos saberes e práticas patrimoniais é percorrido por muitas interlocuções colaborativas entre pesquisadores e os chamados “detentores” nos processos de construções de conhecimento, cada

³ Este artigo faz parte de uma pesquisa de pós-doutorado que conta com apoio e subsídios da Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

⁴ Um esboço de descrição e interpretação das atividades que resultaram neste artigo foi apresentada pela equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste – Sabrina Dinola (supervisora de pesquisa), Íria Borges (colaboradora de pesquisa) e Rafael Félix (apoio técnico de pesquisa) – na 33^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em agosto/setembro de 2022.

⁵ Para uma elaboração mais densa e contextualizada das principais articulações do projeto do Observatório com a conjuntura brasileira em relação ao patrimônio cultural, ver ABREU, DINOLA, FÉLIX, 2022.

vez mais permeadas por ações e engajamentos mútuos de observação, ação, participação; 2) estas por sua vez são partes de redes e histórias de encontros etnográficos, e os aprendizados e mestrias engajados e distribuídos nesse universo de pesquisa já constituem, por assim dizer, a matéria e a atividade mesma da observação do campo patrimonial.

Delas decorreu uma espécie de princípio pragmático ‘fundador’ do observatório, tal como o estamos entendendo na perspectiva aqui proposta: pesquisadores etnográficos (de manifestações culturais) são “observadores” (do patrimônio cultural). Assim, iniciamos uma dinâmica de pesquisa em que a atividade de “observação” foi a própria cartografia inicial de pesquisas nesse campo, simultânea à formação de uma rede de interlocução/colaboração entre algumas delas.

Nesse sentido, o observatório é resultado de um projeto de pesquisas, mas não projeta, não conduz a observação. Ou, em termos mais fortes, a institucionalidade do projeto do Observatório não decorre em protagonismo no processo. Daí é que parte nossa narração.

O projeto do observatório: a elaboração de um site e a criação de uma rede de pesquisadores

Começando pelo mais simples e essencial, o site do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste foi criado para oferecer ao público em geral um veículo de acompanhamento das artes, festas, saberes, ofícios e outras “manifestações culturais” vivas e ativas no Sudeste brasileiro, já registradas como patrimônio ou pleiteadas como tal. Essa função de divulgação para um público genérico (mas não homogêneo) foi pragmaticamente assumida e valorizada ao máximo, na construção do site. Não vamos, porém, reiterá-la aqui, pois o enfoque neste artigo não é o da divulgação social e sim o da colaboração e da comunicação entre sujeitos coletivos singulares. O que é relevante, nesse sentido, é justamente a possibilidade – que não está diretamente associada ao conteúdo ou intenção específicos do projeto do Observatório – de essa função se dar fora dos quadros hierárquicos da divulgação como ‘missão educativa’ separada da produção e da autoria, nos regimes discursivos e epistemológicos das ciências e das universidades. Por isso, antes de apresentarmos a seguir um pouco mais extensamente o site do observatório e o processo de sua construção, é importante voltar a frisar que se trata, lá e aqui, de pontos de vista distintos (porém não opostos nem exclusivos, e que não devem ser confundidos com “opiniões” individuais), inserções diferentes no campo, cada uma com seus compromissos profissionais, éticos e políticos.

O sítio do observatório pode ser de início, ‘exteriormente’, concebido como um lugar comum de onde apreender uma amostra da variedade/diversidade do cenário patrimonial. Como repositório, o sítio dá acesso a um acervo variado e significativo de documentos, registros e testemunhos em suportes digitais multimídia. São relatos, textos, áudio-imagens, notícias, etc. relativos a cada um dos “patrimônios observados” e aos grupos e comunidades dos chamados “detentores” dos saberes e fazeres envolvidos. Desse ponto de vista, pode-se “visitar” ou “percorrer” o sítio como ‘ponto de observação’ a partir do qual são indicados certos trajetos informacionais de acompanhamento dos processos de patrimonialização de manifestações populares de muitos tipos.⁶

⁶ São elas: Capoeira, Congado de Minas, Dança de Salão, Fandango Caiçara, Folia de Reis em Valença/RJ, Jongo no Sudeste, Literatura de cordel, Ofício das Baianas de Acarajé/RJ, Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/ES, “Pequena África” no Rio de Janeiro. Estão sendo elaboradas, junto a outros pesquisadores, as páginas da Dança do samba [Mulheres Passistas de Escolas de Samba do Rio de Janeiro], da “Pequena África” paulistana e das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro.

Como já foi mencionado, o projeto de criação do Observatório não desconheceu nem desvalorizou tal funcionalidade. Mas a construção do sítio não constituía um objetivo, e sim um quesito de método. Em outras palavras, ele é parte dos dispositivos ou artefatos eletrônico-digitais que podem ser úteis para compor observatórios ligados a pesquisa de ciências humanas e a políticas públicas – isto é, quando a noção de ‘ponto de observação privilegiado’ é menos operatória do que a de ‘ambientes ativos’ de investigação. Observatório entendido, portanto, na direção que o termo também assume no vocabulário info-institucional contemporâneo, de organização que desenvolve atividades de acompanhamento sistemático, duradouro ou permanente de determinados processos e questões sociais complexas, para fins de interesse coletivo.

Durante os anos de 2019 e 2020, em reuniões presenciais no espaço do LABIM e outras realizadas de modo remoto, a equipe do projeto – composta por pesquisadores, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, um bolsista de apoio técnico (Faperj) e bolsistas de Iniciação Científica – foi definindo os eixos centrais da plataforma do Observatório. Desde o início, um dos critérios principais foi convidar pesquisadores que realizaram dissertações, teses ou pesquisas extensas, de natureza ou orientação etnográfica, voltadas para as situações, composições, inovações (e, também, paradoxos) das diversas patrimonializações.

Começamos com um levantamento preliminar das pesquisas pertinentes realizadas no âmbito do PPGMS/UNIRIO, e a partir deste núcleo fomos ampliando o mapa de trabalhos e pesquisadores que são referências importantes no campo dos patrimônios culturais. Junto com isso, a ativação de vínculos de colaboração ou interlocução acadêmica com pesquisadores afins em outras instituições do Sudeste foi viabilizando uma pequena rede de “observadores” do campo patrimonial, interessados nas diversas manifestações, mobilizados pelo tema e pela relevância para as questões da memória cultural. Por ser voluntária a adesão ao Observatório, desde o início tínhamos a noção precisa de que não se tratava de criar uma vitrine e sim, em grau minimamente efetivo, mútua visibilidade.

Assim se constituiu a rede voltada para a composição dos conteúdos, ou seja, das páginas do site do Observatório. Partindo de suas próprias experiências e trabalhos já realizados, os pesquisadores iniciaram suas atuações de observadores revisitando suas pesquisas e fornecendo o material a ser ‘processado’ e incorporado. Voltaremos a abordar esse aspecto, mas aqui cabe marcar que a confecção do site foi uma atividade prevista, ou projetada, mas não predefinida, como ‘primeiro movimento colaborativo’ no funcionamento do observatório. Consideramos, portanto, o site, correspondentemente, como uma primeira produção, pluriautorada, da rede colaborativa pela qual vem se dando esse modo de ‘observação do patrimônio’. Essa colaboração tem na plataforma, não uma ferramenta, mas um ambiente de ‘ferramentas e recursos’ eletrônico-digitais (softwares e dados) escolhidos, por ensaio e erro, e por ‘necessidades adaptativas’, para conectar as diversas pesquisas nas diversas comunidades e seus territórios geográficos e culturais.

O processo de construção do site como realização que se dá a partir do projeto do observatório e de sua situação universitária já foi descrito em outra oportunidade (ver ABREU, DINOLA e FELIX, 2022); aqui, procuramos discernir um pouco mais da (antropo)lógica do observatório como experimento em curso, que

excede o projeto. Acreditamos que a cena patrimonial, isto é, o conjunto das manifestações em seus territórios e ciclos coletivos, conjugadas às ações institucionais, às pesquisas, iniciativas da sociedade civil, etc.) não é o objeto mas sim o ambiente ou a ecologia das atividades de observação.

O núcleo de pesquisa do projeto do observatório acolheu em múltiplos *feedbacks* os diversos materiais advindos das pesquisas e da própria história da relação dos “observadores” com os “detentores”, de modo que a elaboração do site resultou de interações de pesquisa que por sua vez condicionavam e recebiam efeitos da interação da rede de pesquisadores, por sua vez, também, intermodulada interdisciplinarmente com outra rede de ofícios, como *web designers*, etc.

Na concepção do observatório a partir de um ‘sítio’ em torno do qual as relações de pesquisa-observação-interlocação se desenvolveram, nosso (das autoras) engajamento numa proposta de atenção ativa-colaborativa (“observatório”) aos processos de patrimonialização busca dar continuidade ao alargamento conceitual e institucional de patrimônio, pela multiplicação de seus atributos: cultural, genético, químico, natural, entre outros. Essa abertura implica sair dos parâmetros do “histórico e artístico”, que prevaleceram durante um período. A chamada “virada culturalista” implicou uma aproximação das noções e dispositivos ‘patrimonializadores’, nas últimas décadas do século 20, à perspectiva antropológica genericamente anti-etnocêntrica já então relativamente estabelecida. Categorias como as de “imaterial” ou “intangível” serviram para orientar ou referir (em âmbitos nacionais e internacional) programas e políticas culturais segundo parâmetros mais diversos e não evolucionistas de desenvolvimento humano, com reconhecimento do valor da diversidade cultural e da diversificação do direito à cultura. A Constituição brasileira de 1988 nos artigos 215 e 216 estabelece o direito à cultura para todos os cidadãos, e isso foi elaborado inventivamente numa arquitetura de cidadania multiétnica sintonizada nessa abertura para a diversidade como aposta de futuro⁷. Isso se deu também como parte dos movimentos e lutas do processo de redemocratização. Ressalte-se que, neste contexto, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina, a ‘presença’, ou melhor, a persistência de uma “colonialidade do saber e do poder” (cf. QUIJANO, 1992) passou a ser mais fortemente detectada, questionada e desconstruída em seus múltiplos planos e ângulos, repercutindo também sobre construções de políticas públicas. Referimo-nos a reflexões ligadas a temas e questões concretas e, ao mesmo tempo, constitutivas daquilo que se costumava entender por “formação nacional”, como os das relações étnicas/raciais e de gênero, assim como suas repercussões no enfrentamento de questões como desigualdade e violência. Dentro dessa estrutura profunda de colonialidade, de silenciamento étnico, racial e das contra-narrativas de grupos e culturas historicamente invisibilizados, mas divergentemente em relação a ela, foram idealizadas, concebidas e também desenvolvidas, ao longo de três décadas, as bases de uma atuação patrimonial do Estado segundo uma concepção mais democrática de cultura numa ex-colônia multiétnica, e isso se refletiu, como processo composto com a “sociedade civil”, nas políticas de tombamento e de registro do patrimônio imaterial⁸.

Nesse mesmo cenário, em torno dessas políticas patrimoniais (em âmbito internacional, nacional ou local) dá-se também o desenvolvimento das ações e articulações de grupos sociais e étnicos (historicamente silenciados) com os seus

⁷ Sobre o debate que envolve essa ‘sintonização’ das políticas patrimoniais com a abertura à diversidade, ver a entrevista que o líder indígena e filósofo Ailton Krenak deu ao historiador e pesquisador do patrimônio Yussef Campos, no ano de 2013. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ha/a/DCg3Ln7zkDTxFjRTQzqwz/?lang=pt#>

⁸ É importante frisar que todos os países da América Latina são signatários da convenção da Unesco para registro de bens imateriais.

diferentes dispositivos, mediações e agentes, principalmente para a marcação de um campo constitutivo identitário (seja pelo discurso da igualdade, seja pela marcação da diferença). Ou seja, como consequência do movimento de “reconhecimento constitucional por parte do Estado” de diferentes formas e manifestações das culturas populares, em especial dos segmentos indígenas e negros, os chamados “detentores” de conhecimentos tradicionais e similares ganharam visibilidade e agentividade, arregimentando forças para reivindicações mais abrangentes de direitos sociais no sentido de uma cidadania plena, historicamente negada a estes (e outros) grupos. Assim, na atualidade, pode-se dizer, de modo geral, que para além do reconhecimento dessas diferenças e singularidades, os processos de patrimonialização passaram a ser amplamente usados por esses novos sujeitos como estratégias políticas, em diferentes lutas, por direitos mais amplos e diferenciados do que aqueles definidos pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento crescentista⁹.

Porém, aquele período de articulação e diversificação das políticas patrimoniais e seus efeitos foi interrompido, ameaçado e fortemente abalado pela nova configuração de forças políticas e econômicas e a crise (inclusive ameaças recorrentes ao regime constitucional) que, a partir de 2016, se instalou abertamente no país, a partir do impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff¹⁰. Foi nesse contexto de crise do meio cultural como um todo e de desmonte e inviabilização das políticas patrimoniais que o projeto do Observatório foi desenhado e elaborado.

Somado a isso, o início de funcionamento do site se deu em meio à crise ecológico-sanitária associada ao desencadeamento da pandemia de Covid-19 e, portanto, no período de impacto nas atividades sociais e culturais e de aceleração do processo de “virtualização da cultura”¹¹. Isso desde então implicou, por necessidade e método, repensar as formas e mecanismos de composição de seu conteúdo. Falando de maneira mais precisa, no que se refere ao processo de composição das páginas do site do Observatório, embora num primeiro momento as atividades de entrevistas e contato mais direto com os pesquisadores fossem realizadas de forma presencial, a equipe passou a agir de modo remoto, assim como estavam se dando todas as demais atividades acadêmicas, respeitando todos os cuidados de higiene e distanciamento social; a partir daquele momento, a movimentação dentro do mundo virtual se fez obrigatória e necessária.

Uma vez que todo contato se viu limitado ou impedido pelas condições ambientais e cuidados sanitários, a mobilização de uma equipe para cumprir com os compromissos do projeto impulsionou a criação de novas ferramentas para viabilizar ou facilitar o vínculo entre os pesquisadores e entre observadores e seus interlocutores, permitindo diálogos mais frequentes ou continuados.

Assim, as circunstâncias eco-sócio-políticas e seus constrangimentos combinados – pois afetando, não por igual porém na mesma direção, “observadores e observados” –, em parte determinaram uma inflexão sintomática; o objetivo mais institucionalizado de um mecanismo de destaque para a sistematização, difusão

⁹ Para uma visão ampla, global, das refigurações políticas-epistemológicas contemporâneas nessa chave crítica aos modelos hegemônicos impostos pelos desenvolvimentismos ver Kothari (2021).

¹⁰ Um exemplo significativo da postura da gestão federal do período 2019-2022, no que tange às questões vinculadas à Cultura, e que nem de longe resume a magnitude e profundidade do desmonte e da inviabilização, é a extinção do Ministério da Cultura (já aventado em 2016) e suas ‘reduções’ a pastas de Secretarias. (Ver também nota n.23.)

¹¹ Em relação à “virtualização da cultura”, sem nesta oportunidade poder discutir a noção, deixamos indicado que no âmbito do projeto do Observatório há diálogo e articulação com um projeto de pesquisa de pós-doutorado em andamento, conduzido e supervisionado pelas autoras deste artigo, e intitulado “Simetrias e assimetrias na digitalização da cultura: sociabilidade e memórias coletivas em torno da música popular no ciberespaço” – projeto que conta com o apoio e subsídio da Faperj.

e visibilização de material produzido por pesquisadores (o projeto do Observatório) se mostrou como oportunidade de formação de outro dispositivo de problematização e ampliação dos discursos e das demandas também vinculadas ao próprio campo patrimonial (a observação como experimento).

A ‘plataformização’ do observatório: novas interações e a construção de uma rede colaborativa

Na abordagem contra-hegemônica da diversidade, vale considerar primeiramente que não se trata de reduzir o diverso ao código hegemônico da tecnologia (como deixa transparecer o argumento isolado da ‘inclusão digital’), mas de integrar ‘ecologicamente’ o universo simbólico do diverso na urbe tecnológica. A mera polarização semiótica de extremos como global e local numa resultante chamada ‘glocal’ não passaria de efeitos tecnológicos da rede de telecomunicações se não houvesse possibilidade de que o local não [sic] pudesse ser algo mais do que um link na conexão eletrônica.
Muniz Sodré, em Reinventando a educação.

Nas últimas décadas e, mais intensamente, durante as quarentenas e distanciamentos da crise ecossanitária associada à pandemia de Covid-19, os dispositivos eletrônico-digitais se tornaram mais necessários, mais presentes e mais centrais nas interações sociais e nas atividades produtivas de grande parte da população mundial, com uma ampliação do poder das grandes plataformas de comunicação social e, subordinadamente, a proliferação de iniciativas e projetos nos mais diversos campos, inclusive no da produção cultural, das atividades artísticas, científicas entre outras. Como exemplo simples e significativo, podemos mencionar o próprio lançamento do site do Observatório, ocorrido de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da TV ABA¹².

De modo geral, com o contínuo e acelerado surgimento de novos “recursos tecnológicos”, operaram-se mudanças na forma como passamos a atuar. Por um lado, o Observatório respondeu necessariamente ao assim chamado “dinamismo” das redes sociais de tecnocomunicação¹³, incluindo a criação de páginas em mídias sociais, como Facebook e Instagram¹⁴ – o que, do ponto de vista do funcionamento da plataforma e das atividades de observação é antes um condicionante técnico e uma adequação pragmática, por assim dizer, uma vez que não implica adesão nem subsunção às narrativas que as sustentam, justificam ou percorrem.¹⁵ Por outro lado, cabe (auto)observar um pouco mais de perto os modos como, no *experimento* ou no *processo* do Observatório, neste início de atividades, se deram as interlocuções e a mobilização dos pesquisadores e de outros agentes sociais vinculados às pesquisas, nas mídias sociais que têm presença na plataforma.

Limitada a circulação em espaços públicos, a oferta virtual passava a ser a única alternativa de contato com expressões culturais e artísticas em geral. Neste mesmo contexto, diferentes agentes de produção e autoria ligadas a essas manifestações – além de movimentos sociais e outros – viram-se também forçados a

¹² O lançamento se deu no dia 14 de outubro de 2020, no contexto do pré-evento do Comitê de Patrimônios e Museus da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia.

¹³ Chamamos assim menos para caracterizá-las do que como lembrete de que há redes sociais de muitos outros tipos, muitos deles digitais não eletrônicos.

¹⁴ Ver página do Facebook do Observatório – <https://www.facebook.com/observatoriopatrimoniocultural/>. Ver página do Instagram do Observatório – <https://www.instagram.com/observatoriopatrimoniocultural/>.

¹⁵ Sobre outras formas e dinâmica que podem esse processo de “plataformização” (principalmente das relações pessoais e sociais) pode envolver, ver a entrevista de Elisabeth Saad (pesquisadora e professora da ECA-USP), disponível em <https://jornal.usp.br/artigos/sociedade-digitalizada-plataformizacao-das-relacoes-e-uma-privacidade-zerada/>

se deslocar para a esfera exclusivamente eletrônico-digital, encontrando um ambiente já altamente ocupado pelas mais variadas formas de criação, veiculação, participação e ‘consumo’ destas manifestações ou atos culturais. Além disso, devido às desigualdades sociais, muitas dessas ações também se depararam com as dificuldades de acesso à internet, questionando, portanto, o aspecto aparentemente democrático do ambiente digital.

Em paralelo, é importante frisar que, para alguns grupos e comunidades relacionados aos patrimônios observados, se estabelece um novo “contexto de retirada de direitos” (cf. KRENAK, 2020): com o avanço do agronegócio, da megamineração, do desmatamento, do garimpo ilegal, da grilagem de terras tradicionais, etc., ampliaram-se o etnocídio e o genocídio nos territórios quilombolas, indígenas e periféricos (idem). Mas foi também nesse mesmo cenário de lutas e resistências que se deu a articulação da retomada de espaços físicos e simbólicos, de ‘ecossistemas e etnossistemas’, com a ocupação do espaço virtual como forma de ampliação das territorialidades desses grupos e comunidades, naquilo que já foi aptamente imaginado e expresso como “demarcações de telas” e “ocupações do ciberespaço”.¹⁶ De forma mais ampla, neste novo contexto, o ciberespaço deixou de ser apenas um ambiente de ‘navegação’, evidenciando narrativas – ou melhor, lastros de realidade (LATOURET, 2014) – em disputa, ampliando o campo e as estratégias de ações afirmativas, em especial, das perspectivas ameríndias e afro-ameríndias. Mesmo que não haja um acesso democrático às – ou antes, uma possibilidade de intensificação de usos autônomos das – assim chamadas “tecnologias de informação e comunicação”, observam-se nessas ‘ocupações’ e ‘demarcações’ experimentos e contribuições para um espaço virtual mais participativo, mobilizando também novas variedades de presença na internet.

Portanto, levando em conta a intensidade e a diversidade das formas de ocupação do ciberespaço, que se acentuaram em meio à pandemia de Covid-19, tornou-se relevante considerar de outro ângulo o potencial que o uso dos serviços digitais disponíveis como “ferramentas comunicacionais” pode ter na *interlocução colaborativa* que passa a estruturar o Observatório (para além da instrumentalidade para a composição do conteúdo do site) e, de modo ainda mais amplo, na construção de outras formas de circulação e produção de vínculos, não pautadas pela lógica da informação-mercadoria e da cultura-entretenimento.

¹⁶As duas expressões, com fina ironia, aludem a, reforçam e amplificam reivindicações e ações de demarcação de terras e de ocupações de espaços reais. Como exemplo, no ano de 2020, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) convocou uma mobilização virtual para a realização da 16ª edição do Acampamento Terra Livre, considerada uma “edição histórica do ATL”. Conforme texto oficial da APIB no Instagram, em meio aos riscos causados pelo contexto da pandemia de Covid-19, da insuficiência das medidas públicas de apoio à população e aos grupos vulnerabilizados, do crescimento das invasões nos territórios indígenas e do aumento de assassinatos e criminalização de lideranças (em direção similar à da precarização econômica-social e da cidadania de imensos contingentes da população), o formato virtual do encontro teve como objetivo “alertar sobre a real possibilidade de um novo genocídio e denunci[ar] o descaso do governo Bolsonaro em garantir a proteção de nossos povos ancestrais”. Tendo como foco a luta por direitos (e pela vida), durante quatro dias de atividades, reuniram-se virtualmente indígenas de todo o país e, diferentemente do site oficial, a página do APIB no Instagram possibilitou o acompanhamento dessas atividades e ações, no modo de interatividade síncrona/assíncrona próprio ao formato sociotécnico desse meio.



Imagens 1 e 2: Folder da chamada do encontro “1 ano depois” e Captura de tela do encontro virtual com os “observadores”

Assim, parece válido considerar se, e de que maneiras, o observatório como tal (ou seja, não o projeto, não um uso seu específico) passa a se configurar como um *ambiente* – composto por um conjunto de ferramentas digitais que operam ‘simultaneamente’ ou ‘em comum’ para determinados processos sociotécnicos de comunicação de uma diversidade de sujeitos coletivos reciprocamente interessados – na conexão entre pesquisas etnográficas (e, portanto, vínculos, práticas e saberes singulares) e na multiplicação de territorialidades (autonomias) culturais (tal como já indicamos no parágrafo acima).

Enfatizamos um ‘dinamismo’ produzido a partir do site, como efeito (não único) da utilização de ferramentas digitais e ‘presença’ nas “mídias sociais”, mas que também se desenvolveu para além deste, tornando observatório num ambiente comum a todos os ‘ambientes de pesquisa’, ou seja, a todos os ‘patrimônios observados’. Nas imagens 1 e 2, por exemplo, temos uma espécie de ‘co-memoração’ que comporta feedbacks e reflexividade, sem reiteração ou autorreferencialidade. O processo da observação, enquanto se dava com a atenção voltada para as manifestações e os detentores, também engendrava uma percepção ‘na direção inversa’, a partir das interações destes com os observadores.

Inicialmente, o WhatsApp – “aplicativo” de troca de mensagens instantâneas e de serviço de voz – foi utilizado como ferramenta complementar de comunicação interindividual dos observadores-pesquisadores em torno da confecção do site *dentro do âmbito* do que *já estava sendo considerado* (na condução do projeto do Observatório) como parte do ciclo e circuito de atividades de observação. Interessantemente, porém, no cenário de digitalização intensificado pelos distanciamentos e quarentenas determinados pela pandemia, esse aplicativo foi se configurando como de *meio* de interação virtual e de mútua influência ou interferência entre as pesquisas/ os pesquisadores. A partir daí, dá-se uma espécie de ‘ampliação’ (ou ‘extrapolação’) do Observatório enquanto ‘plataforma’. De modo mais específico, o recurso ao “aplicativo” permitiu a criação de uma ferramenta de comunicação e articulação constante, duradoura e colaborativa entre os pesquisadores que compõem o Observatório, contribuindo para a constituição e fortalecimento de suas respectivas e singulares redes de pesquisa, assim como passou a promover um mais contínuo intercâmbio entre temáticas e agentes específicos (‘vinculados’ a cada pesquisa) e o campo amplo (e integrador) do patrimônio.

Nossa impressão, que não poderá ser elaborada analiticamente nesta oportunidade, é que as conversas e debates que surgiram nesse tipo de dinâmica foram ganhando alguns contornos aproximáveis dos ‘antigos’ “fóruns de discussão”,

sem, no entanto, ter essa ‘arquitetura’ nem uma orientação prévia nesse sentido. Está dentro do escopo do experimento a possibilidade de vir a estabilizar esse tipo de troca, por exemplo, ou ‘reambientar’, por meio de outras ferramentas digitais ‘plugadas’ ou ‘adicionadas’, certos conteúdos, arquivos, etc.

Neste mesmo contexto amplo também surgiu a proposta de experimentar a prática das rodas de conversa “no” Instagram, denominadas de “Trocando Saberes e Fazeres”: no formato de bate-papo, pesquisadores parceiros passaram a convidar seus interlocutores de pesquisa para dialogarem sobre temas relacionados ao bem cultural observado e suas relevâncias em assuntos contemporâneos como políticas públicas de salvaguarda do patrimônio e desafios trazidos pela pandemia de Covid-19¹⁷. Em paralelo a este tipo de fomento ao diálogo entre pesquisadores e “detentores”, destacou-se ainda o levantamento e problematização das pautas de prioridades e demandas por meio de seminários, encontros e (outras) rodas de conversa, todos se configurando como formas e fóruns de denúncias e reivindicações, certamente, mas também, e principalmente, como instâncias de ‘transmissão’ de saberes, de *reclaim* da “cultura”(cf. STENGERS, 2018) – ou talvez até: um modo de des-separar a percepção da opressão ou injustiça e a da importância da continuidade dos *ambientes* e das *ecologias* dos saberes¹⁸.



Imagem 3: Captura de tela das lives “Trocando Saberes e Fazeres”

Vemos, na imagem 3, a ilustração do que entendemos como a digitalização das relações de colaboração, mas sem condicionamentos nem reiterações das premissas tecnológicas. Conjuntos inteiros de atuações e interações humanos-máquinas se realizam não só com a mediação, mas nos formatos geridos e coordenados por algoritmos. Por outro lado, no entanto, uma série de agenciamentos e comunicações indispensáveis mobilizam circuitos diversos de cultura e território fora dos ambientes virtuais do silício. Em outras palavras, a compartimentação da tela não representa a ocupação do ciberespaço pelos grupos detentores, neste nível de observação, nem a complexidade dos seus efeitos.

De modo geral, essas transformações no campo da transmissão¹⁹ do saber-fazer cultural fazendo Observatório – para além de ferramenta institucional na

¹⁷ Ver roda de conversa “Trocando Saberes e Fazeres” em https://www.instagram.com/tv/CW_qh7lJzoH/.

¹⁸ Ressaltamos aqui que Walter Benjamin em “Sobre o conceito de História” (2012 [1940]) já havia intuído isso que a antropologia conheceu e já começava (ainda que modernisticamente) a elaborar: a possibilidade aberta, para as culturas subalternizadas, de ‘descolonizar a modernidade’ ou, como afirmou o autor, “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012 [1940]:225).

¹⁹ Não desconhecemos que o vocabulário da transmissão está fortemente associado ao paradigma culturalista, na forma como Tim Ingold mostrou e criticou em mais de um trabalho (ver, por exemplo, INGOLD, 2011). Neste momento, do

sistematização, compreensão e difusão do acesso ao conhecimento das práticas culturais – uma oportunidade (um meio) de intensificar e ampliar interações dialógicas e simétricas entre pesquisadores-interlocutores, bem como a correlação de saberes marcadamente plurais, dentro de dinâmicas de políticas públicas capazes de lidar sem reducionismos com a complexidade e a urgência das reativações culturais.

Neste cenário de acelerada virtualização,²⁰ ressaltamos, portanto, o modo como o Observatório foi se apropriando criativamente dessas novas mídias digitais expandindo (e potencializando) para outros ‘espaços’ de encontros e performances a atuação de sua rede de pesquisadores e de seus engajamentos. Quando eventos e atividades ‘acontecem’ na plataforma em rede, são já interações entre territórios de pesquisa e saberes que se in-formam sem se conformar, ou se conformam tecnicamente sem desfiguração cultural. São mediações com diferenciadas composições de ferramentas, recursos e serviços na mesma plataforma, oferecendo uma variedade não equivalente à do campo, mas suficiente para não ser redutora ou conformadoras das dinâmicas de pesquisa-observação. Assim, os ‘eventos’ e ‘atividades’ são efeito e oportunidade de ‘incorporação’ dessas derivas, que passam a fazer parte do processo e a interferir nele, mas de modo não homogêneo nem unidimensional – graças aos deslocamentos e sínteses das atenções, dos discursos e das ações. O processo de observação já se torna efeito de interações anteriores, não predefinidas.

O observatório e a criação de novos ‘encontros etnográficos’: aspectos não teóricos da relação antropologia-etnografia.

O ato de patrimonializar não garante por si só a continuidade no tempo e no espaço de aspectos culturais centrais numa sociedade. Os pesquisadores do campo (interdisciplinar) patrimonial têm sinalizado que, além da patrimonialização ‘propriamente dita’ – por meio de atos normativos e dispositivos jurídicos próprios –, é preciso construir as condições para a transmissão dos saberes e para o fortalecimento dos elos de memória coletiva e social que os objetos patrimonializados envolvem, seja no caso do “material”, seja do “imaterial”.

Para tratar desse tipo de continuidade, vem sendo proposta a noção de “memoração social” (cf. TARDY e DODEBEI, 2015). Diferente da ideia de memória, a *memoração* pode ser entendida como uma atualização ou repetição de acionamentos de processos mnemônicos, ou de sociomnemotécnicas, que sustentam as manifestações culturais no contexto de determinadas coletividades. E na matriz ocidental moderna, ‘historicista’ e logocêntrica, que é a dos estados-nação, isso se dá por princípio, de modo altamente institucionalizado (isto é, mediado) e projetado (isto é, condicionado exteriormente).

Acreditamos que a noção de memoração, por remeter a um paradigma comunicacional, pode emprestar teor mais interdisciplinar à abordagem das questões do patrimônio e de sua “observação”. Dessa perspectiva, são enfatizados os *processos* diferenciados – e mais dispersos nas várias dimensões da vida coletiva do

ponto de vista específico da descrição do início do experimento observatorial, estamos aderindo a este vocabulário para apresentar e elaborar as questões que surgiram, e por isso não estamos grafando transmissão entre aspas. Mas ressaltamos que o artigo como um todo desenha possibilidade de o regime da digitalidade eletrônica ter afinidades com paradigmas não ocidentais, não modernos, nos quais a noção mesma de transmissão (tal como p.ex. se manifesta na distinção forma x conteúdo, na teoria da informação e em paradigmas hegemônicos afins) não tem, necessariamente, valor nem analítico nem descritivo para a duração ou continuidade intergeracional.

²⁰ Ver nota n.13.

que é representável nas definições e procedimentos mnemotécnicos – pelos quais se constituem as assim chamadas “memória coletiva” e “memória social”,²¹ e os circuitos de atos e acontecimentos que não apenas *conservam* ‘objetos’ e (re)produzem ‘informações’, mas também repõem condições (ou ‘contextos’) da estabilidade das significações ao longo do tempo.

Analogamente em relação ao patrimônio. Como afirma Jean Davallon (2015: 49),

(...) Do ponto de vista comunicacional, o ponto comum entre memoração (*mise en mémoire*) e patrimoniação (*mise en patrimoine*) é que tanto uma como outra necessitam da produção e da transmissão da significação no tempo (...) não basta que objetos do passado estejam hoje presentes, que práticas continuem a existir, é preciso ainda que sua significação seja transmitida e aceita.

Ao preferir – de modo *ad hoc*, mas não por mero neologismo²² – o termo patrimoniação, queremos sublinhar um deslocamento de ênfase: do ‘tornar patrimonial’ para o ‘per-formar patrimônio’. Trata-se da percepção de que a cena do patrimônio é atravessada por um movimento de cultura que se dá numa dimensão que reafirma mas também transforma e transcende a do reconhecimento constitucional, por parte do Estado-nação, da “identidade” e das manifestações culturais dos segmentos negros e indígenas da cidadania. É certo que isso tenha se dado por, entre outras, ações e políticas públicas patrimoniais (sem correspondência no plano das políticas econômicas e científicas, por exemplo), principalmente através de ações de registro e salvaguarda, já com abertura à diversidade como princípio e valor. Desse ponto de vista (que é o da institucionalidade do projeto do Observatório), é necessário e essencial in-formar a patrimonialidade dentro das chaves multicultural e pluriétnica, em continuidade com os experimentos interrompidos em anos recentes (cf. MONTERO, 2012; VELHO, 2018a). O que estamos chamando performar patrimônio implicaria, para além disso, descolonizar a prática do ‘tornar patrimonial’, remapear os territórios e fazer acontecer, no plano da cultura (e, novamente, pela transformação dos patrimônios, da ‘patrimonialidade’) uma reparação histórica. Falamos, portanto, de uma mudança em curso, de uma “retórica da perda” para uma “retórica da reparação”. Sabemos que retórica, em seu sentido forte original, não diz respeito ao embelezamento verbal mas à performatividade dos atos enunciativos. No cenário que vislumbramos, a mudança se expressa e se realiza por meio de uma politização dos saberes e práticas enquanto “repertórios” (TAYLOR, 2013) e do corpo enquanto lugar múltiplo de atravessamentos de ancestralidades, territorialidades, alteridades (cf. MARTINS, 2003)²³.

Com isso não se está propondo um quadro analítico único ou um enquadramento privilegiado de abordagem. (Os deslocamentos de paradigma dependendo menos de adesões teóricas ou metodológicas estritas do que de refigurações sócio-históricas e antropológicas.) Não desconhecemos o valor ou a relevância das

²¹ Deixamos para outra oportunidade a discussão dos aspectos conceituais das proposições de uma “memória cultural” (cf. ASSMAN, 2016).

²² Há consistência terminológica no emprego do termo patrimoniação, seguindo o padrão de aportuguesamento de *mise-en-scène* > encenação; *mise en mémoire* > memoração; *mise em patrimoine* > patrimoniação.

²³ (Nota de fevereiro de 2023.) Na atual gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (eleito em 2022), a criação dos ministérios da Igualdade Racial (ministra Anielle Franco) e dos Povos Indígenas (ministra Sônia Guajajara) pode ser pensada (e tem sido saudada) também nessa chave da reparação, mais amplamente, vemos uma confluência com a criação do ministério das mulheres, a recriação do ministério da cultura, e a regeneração do ministério do meio ambiente. Para além disso, ritualmente (performativamente), a própria cerimônia de recebimento da faixa presidencial e o discurso de Lula sinalizaram fortemente um movimento de reativações ou “*reclaims*” (STENGERS, 2018) da social-democracia, com o binômio da redistribuição e do reconhecimento e, portanto, amplia o horizonte da reparação para além (e aquém) das narrativas.

sociotécnicas do Estado baseadas no construto do *bem patrimonial* (ABREU, DINOLA e FELIX, 2022). Também não desconsideramos – ao contrário – a diversidade e as especificidades das opções teóricas e metodológicas dos trabalhos de pesquisa, que acompanham e refletem a complexidade dos processos vividos e observados pelos grupos e agentes. Cremos que há uma prática interessante acontecendo, na qual o Observatório (ou um observatório com essas características) passa a ter uma dualidade de agente investigativo e ambiente colaborativo, na medida em que é projeto institucional universitário e atividade de trocas, as quais não se restringem a colaborações individuais, pois provocam mútuas interferências e interseções/intercessões entre pesquisas *e seus campos de atuação*.

Ao apontar também para a mobilização de uma “rede” de materiais e de encontros (humanos e não-humanos), essa ‘dualidade’ do Observatório nos conduz para discussões sobre a própria produção de conhecimento, entendida, neste caso, como um “produto social” (LATOURE, 2000). Como afirma Latour, o conhecimento não se reduz a algo gerado a partir de um método (científico) privilegiado, pode se realizar e se manifestar numa variedade de formas materiais, sendo resultado de uma série de “trabalhos complexos” onde “fragmentos” e/ou “partes heterogêneas” saem de suas composições e sínteses para a dinâmica híbrida da rede. Assim, participar da rede de saberes compósitos que engendram manifestação-registro-divulgação-devolução é um modo de engajamento na própria performatividade do conhecimento.

Desse ponto de vista, o Observatório, de agente de observação, torna-se também um ‘participatório’, um agente de participação nas patrimonializações, sobretudo no que tange aos processos de transmissão²⁴ dos saberes e de construção das memórias coletivas e sociais. O objetivo institucional de difundir, valorizar e potencializar o acesso a pesquisas sobre o campo patrimonial realizadas nas universidades se torna ou se traduz num dispositivo de *memoração* das práticas pesquisadas e ‘registradas’ no âmbito acadêmico em dissertações e teses. Portanto, não se trata, no Observatório, apenas de um mecanismo de acesso às pesquisas, afinal, atualmente, a maioria das universidades já possuem seus repositórios digitais. Em seu aspecto de projeto e institucionalidade, ele surge como uma ferramenta de valoração do *processo de pesquisa*, tendo como ênfase a relação pesquisador(a)-interlocutor(es/as), pois torna-se significativo ‘dar vazão’ a esses processos de interlocução / colaboração, ou melhor, ‘transduzi-los para’ certos ambientes e sociotécnicas (ou “ferramentas”).

Assim, acreditamos que seja importante pensar no paralelo entre estas ‘práticas de inventariar’, ou seja, na variedade de experimentos sociais, institucionais e discursivos que se ‘objetivam’ através da produção de registros de “manifestações culturais”. E, nesse sentido, reencontramos (reativamos) a ideia de “patrimônios etnográficos”, entendidos aqui como “vestígios, fragmentos e testemunhos” (ABREU, 2008) de pesquisas realizadas sobre diferentes culturas, trazendo como desafio “traduzir sob forma de conhecimentos os saberes transmitidos implicitamente (durante as execuções) ou explicitamente (por aprendizagem)” (DALLON, 2015). Desta perspectiva, os patrimônios etnográficos são, portanto, constituídos de conjuntos de “bens” coletados por pesquisadores para “represen-

²⁴ Ver nota n.19.

tar sistemas culturais específicos ou seja, instituições de memória e documentação” (ABREU, 2008: 49)²⁵. Estamos falando de diferentes tipos de “suportes” (registros escritos, orais, sonoros, visuais, etc.) de inscrição e documentação ou apresentação de aspectos relevantes daqueles grupos sociais pesquisados.

Assim, partindo dessa definição, em vez de direcionar nosso olhar ao ‘produto objetivado’, ao feito, atentamos para o fazer, o exercício “vivido” da prática etnográfica (que não se esgota e muitas vezes não se encerra com a finalização das dissertações e teses). Ao procurar acompanhar a dinâmica das ações patrimoniais, através de seus estudos de caso e etnografias sobre “processos de patrimonialização”,²⁶ há também uma ênfase nos seus desdobramentos, uma produção de conhecimento que exige uma constante interação com os agentes envolvidos, ação que, na atualidade, demanda permanente compromisso e engajamento, éticos e políticos, por parte dos pesquisadores. Neste caso, um observatório, no sentido geral de organização/ferramenta informática, ganha nas circunstâncias que estamos delineando uma configuração e significado mais complexos, de processo colaborativo de memorização, de “pôr em memória” pesquisas etnográficas sobre manifestações culturais ‘em patrimonialização’. Ou seja, não atenta para (não se dispõe a ser afetado apenas por) uma produção de “registros”, de ‘amostras e representações’ das práticas coletivas observadas, com vistas a garantir a “longevidade” destas ou sustentar sua “preservação”. Sendo o registro pretexto do vínculo, a dinâmica da observação possibilita que a atenção ao movimento mesmo de aproximação e convivência com as atividades, singularidades e reivindicações de grupos sociais concretos evite que o processo recaia no hábito ou no método. Em outras palavras, faz parte da ‘lógica participatória’ do experimento-observatório ‘plataformizado’ a possibilidade de uma ‘transdução’ da atenção.

Com isso referimo-nos a um desdobramento que – tal como o apreendemos de nosso ponto de vista, interior à iniciação colaborativa – se deu na atividade de compor, na plataforma do Observatório, as páginas referentes às manifestações culturais e sua “observação”. Os pesquisadores revisitaram seus materiais, registros, memórias de pesquisa, voltaram a consultar e dialogar com seus interlocutores e, assim, incorporaram, de forma atual e (reiteradamente) dialógica e colaborativa, os discursos, as questões desses grupos, comunidades e representantes da cultura popular. Por isso, o processo de observação assim iniciado parece efetivamente ganhar como que uma dimensão suplementar, de comunicação de efeitos, de ruídos e redundâncias entre esses diálogos e reflexões.

Em outras palavras, mesmo nas condições de nosso despojadíssimo experimento em seus primeiros passos, o observatório-plataforma – como um conjunto atividades que se valem de ferramentas e ambientes eletrônicos-digitais que interagem com um acervo de informações digitalizadas sobre “patrimônio cultural”, disponibilizadas por uma rede de pesquisadores – não está limitado a servir como um mecanismo de construção de memória dessas manifestações culturais.

Trata-se aqui, portanto, de dar relevância às relações etnográficas das pesquisas em função de dois aspectos distintos, mas que se reforçam, na relação com

²⁵ Não ignoramos aqui o debate e as críticas tecidas à prática de colecionismo na Antropologia e às ‘coleções etnográficas’ (vistas também como representação de furto, espólio de patrimônios). Somam-se a isso os atuais processos de reapropriação (por parte dos grupos/comunidades) e as novas articulações de ressignificação dos objetos que compõem essas coleções e o sistema museal.

²⁶ É o que estamos entendendo, afinal, como patrimonialização; chamar de processo de patrimonialização aproxima do ponto de vista “especialista” (que não é necessariamente o de todos os especialistas), na medida em que descreve o que se dá no plano do estado-nação.

a memoração: a temporalidade dos encontros etnográficos é compósita, se ‘desinscreve’ do tempo cronológico, e tende a ‘ressoar’ em seus efeitos e, não raro, a se estender: ela é durativa e duradoura.

Parece-nos haver aqui uma passagem sincopada do “patrimônio etnográfico” para o ‘etnográfico como patrimônio’ – nos dois sentidos possíveis desta expressão, isto é, de que a “experiência etnográfica” tem valor (valor constitucional para um país multi e diverso), e de que a valoração do que seja patrimônio depende de processos etnograficamente observáveis.

A ênfase nos “encontros etnográficos”, entendidos aqui como “os aspectos dialógicos, situacionais, da interpretação etnográfica” (CLIFFORD, 2002: 42), é uma forma de se engajar em atitudes de aproximação e mútua interpelação, de permeabilizar fronteiras e associar diferenças – sem dicotomias nem equivocacões entre “teorias nativas” e “explicações antropológicas” (ou outras) dos campos disciplinares.

Incorporar, na lógica da plataforma-observatório, o potencial criativo das relações estabelecidas e das experiências trazidas pela prática de produção de conhecimento (vivo) – trata-se de uma produção *com* os outros e não sobre eles – pode trazer mudanças transformativas que se dão tanto nos modos de inventariar, quanto na afirmação de diferentes atuações e “agências” nesse processo.

Conclusão

Procuramos neste trabalho apresentar as primeiras reflexões sobre o rumo das atividades da plataforma digital do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste. Os diálogos e as ressonâncias entre relatos e experiências, para o site do Observatório (inicialmente projetado como ferramenta pública para a circulação de registros materiais), se desenvolveram num processo que pelo uso variado de recursos digitais funcionou como ‘meio de participação’ na produção e fortalecimento de vínculos, por possibilitar que os efeitos de encontros etnográficos se desdobrassem para além dos registros documentais.

Isso a nosso ver decorre do fato de o vínculo etnográfico não ter só instrumentalidade metodológica, mas valor epistêmico-político de contemporaneidade, na medida em que tem uma temporalidade singular e não inscritível como método. Ou seja, sugerimos pensar a *prática etnográfica* – para além de sua especificação metodológica – como parte dos ‘manejos socioculturais e territoriais’ dos próprios sujeitos da patrimonialização – e que, num regime anterior de autenticidades, já foram os ‘objetos humanos’ para a construção de um ‘nacional’.

Nos referimos, portanto, a um momento de apropriação, por múltiplos grupos e comunidades, de “instituições de poder” (ou das críticas aos seus conceitos e premissas epistemológicas), antes determinadas pelo discurso de construção de uma “identidade nacional”. Outras vozes e agências surgiram e se associaram, com modos diversos de protagonismo, aos discursos e práticas de um campo técnico-intelectual-artístico que, mesmo sem esvaziamento total da chave do nacional – na medida em que ainda vinculado, embora com ressignificações nem sempre convergentes, à ideia de “brasilidade” (esta, por sua vez, em translação da chave da mistura para a da diferença (VELHO, 2007; ABREU, 2015) –, serviu para fortalecer discursos locais e globais, graças, em parte, a estes trabalhos de construção de (contra-)memórias.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que o progressivo (de fato, regressivo) desmonte, por ações governamentais no período 2016-2022, de estruturas de di-

reitos – inclusive e especificamente o abalo às ações e políticas culturais e patrimoniais, e à sobrevivência física de comunidades de detentores e outras parcelas da população brasileira – não significou apenas uma negação de um projeto de “construção de nação” em que as ciências sociais e o pensamento social brasileiros estiveram tradicionalmente engajados, mas também, e mais radicalmente, uma inviabilização daquilo que estava sendo empoderado por meio daquelas mesmas ações patrimoniais e de um amplo conjunto de transformações socioculturais e político-epistemológicas (VELHO, 2018a; 2018b). Neste caso, a questão colocada é de que modo o Observatório pode contribuir como ‘resistência’ a essas ações de desmonte, ou melhor, de que modo essa plataforma pode atuar no fortalecimento dos efeitos promovidos por essas políticas públicas no que se refere à valorização de protagonismos e à incorporação de outros saberes.

Destacam-se aqui as tendências intelectuais, artísticas e ativistas de refletir sobre a colonialidade das abordagens e enquadramentos que orientam a relação Estado-nação-culturas/territórios. Por isso, não se trata apenas de garantia ou ampliação de ‘registros’ de saberes, locais e celebrações, mas na heterogeneidade das ressonâncias produzidas por aquilo que está sendo dialógica e simetricamente produzido.

Recebido em 13 de março de 2023.

Aprovado em 30 de agosto de 2023.

Referências

ABREU, Regina. “Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica”. In.: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina. *E o Patrimônio?* Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2008. pp. 33-58.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (orgs). *Memória e novos patrimônios. 1. ed.* Marseille: OpenEdition Press, 2015. pp. 67-93

ABREU, Regina. DINOLA, Sabrina. FELIX, Rafael. “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: relato de uma experiência de “memoração” do patrimônio cultural”. In Graebin, Maria Gomes, et al. (org.). *Memória Social em Movimento.* Canoas: Ed. Unilasalle, 2022. pp. 43-70.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, 19 (1): 115–128, 2016.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história” in: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. pp. 241-252.

CLIFFORD, James. A. *Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

DAVALLON, Jean. “Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização”. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEI, Vera (org.). *Memória e novos patrimônios*. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. pp. 47-66.

INGOLD, Tim. “Histórias contra classificação”. In: *Estar vivo – ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOTHARI, Ashish, et al. *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOURETTE, Bruno. “Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções”. In: Baratin, M. & Jacob, C. (coord.) *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. pp. 21-44.

LATOURETTE, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, 57 (1): 11-31, 2014.

MARTINS, Maria Leda. *Performances da oralitura: corpo, lugar da memória*. Língua e Literatura: Limites e Fronteiras, 2003.

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. *Sociologia & Antropologia*, 4: 81-101, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidade/racionalidade. *Peru Indígena*, 13 (29): 11-20, 1992.

STENGERS, Isabelle. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 338-360, 2018.

TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VELHO, Otávio. “Mistura ou diferença?”. In: *Mais realistas do que o rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. pp. 313-325.

VELHO, Otávio. “As ciências sociais a partir das margens”. In: VELHO, Otávio. *Antinomias do real*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. pp. 35-49.

VELHO, Otávio. “A antropologia e a guerra: não só de narrativas”. In: VELHO, Otávio. *Antinomias do real*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. pp. 421-430.